

ABRIL 2026

# *e.pharma*

NEWSLETTER APIFARMA

## **À conversa com** *Paulo Teixeira*



**apifarma**

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA  
INDÚSTRIA FARMACÉUTICA

**49**

# Índice

NOTA EDITORIAL	03
À CONVERSA COM	04
DESTAQUE	08
NOTÍCIAS	12
PROGRAMA abem:	29
LEGISLAÇÃO	30
PHARMA EM NÚMEROS	31

# O preço de poupar na Saúde

Portugal investe 6,2% do PIB em despesa pública em saúde, contra uma média de 8,1% na União Europeia (UE). Já a despesa total em saúde per capita não ultrapassa os 77% da UE. Apesar disso, o Orçamento do Estado para 2026 avançou com uma redução de 208 milhões de euros nas compras de medicamentos e material clínico, quando o próprio documento reconhece que o consumo tem crescido, impulsionado pela actividade cirúrgica, pelo envelhecimento da população e pela chegada de mais 600 mil pessoas ao Serviço Nacional de Saúde (SNS).

As associações de doentes confirmaram entretanto esses receios: relataram falta de medicamentos, com um aumento dos pedidos de empréstimo entre unidades e muitos hospitais sem conseguirem repor stocks. Como alertou a Convenção Nacional da Saúde, "os cortes administrativos já estão a adiar tratamentos e a agravar o sofrimento dos doentes".

A este quadro acrescenta-se uma portaria publicada em Abril que reduz os níveis de prioridade nas cirurgias programadas e nas primeiras consultas de oncologia e cardiologia. Na prática, os doentes mais urgentes passam a aguardar o dobro do tempo: o prazo máximo no nível mais grave sobe de 15 para 30 dias.

Num cenário em que as listas de espera já tinham crescido em 2025, notícias divulgadas esta semana indicam que o SNS arrancou 2026 com menos

consultas (quer nos cuidados primários, quer nos hospitais) e menos cirurgias programadas face ao período homólogo. A grande maioria dos hospitais registou quebras na actividade, apesar de o SNS contar com mais médicos, mais enfermeiros e mais horas extraordinárias do que no ano anterior.

A tendência pode, no entanto, piorar. Um estudo do Fundo Monetário Internacional, divulgado em Abril, estima que o reforço da despesa pública com a Defesa pode implicar cortes até 26% na Saúde num horizonte de três anos. Noutro relatório recente, o Fundo dirigiu-se directamente a Portugal, recomendando "contenção no crescimento automático das despesas com saúde e produtos farmacêuticos" para "proteger o investimento público" — posições contestadas pelo Conselho de Saúde, Prevenção e Bem-Estar da Confederação Empresarial de Portugal (CIP).

É por isso essencial que a Direcção Executiva do SNS assegure os meios para manter a resposta assistencial e garantir que nenhum doente fica para trás, com um financiamento adequado à realidade do país. Não é possível, em nome da eficiência, comprometer o acesso a cuidados e medicamentos. O custo dessa poupança será pago por todos, mas, primeiro que tudo, pelos doentes. Quando falha uma consulta, um medicamento ou um tratamento, é a sua vida que fica em suspenso.

*“A preparação para futuras pandemias depende das decisões tomadas hoje”*

# à conversa com...

## Paulo Teixeira

***Paulo Teixeira, vice-presidente da APIFARMA e coordenador do Grupo de Trabalho Vacinas, defende que “a preparação para futuras pandemias vai depender das decisões tomadas hoje”. Se forem adoptadas políticas em Portugal e na Europa que facilitem o acesso à inovação e criem condições para atrair investimento em investigação e desenvolvimento, de “certeza de que estaremos mais preparados”. O risco, se tal não acontecer, é que “o investimento vai deslocar-se para outras regiões”.***

### COMO AVALIA, EM PORTUGAL, A TRANSIÇÃO DE UM MODELO DE VACINAÇÃO CENTRADO NA INFÂNCIA PARA UMA NOVA ABORDAGEM DE VACINAÇÃO AO LONGO DA VIDA?

Portugal tem um Programa Nacional de Vacinação muito sólido, reconhecido internacionalmente pela sua consistência e pelos ganhos em saúde que produziu e continua a produzir, sobretudo na infância. Ainda assim, o modelo mantém-se muito centrado nas idades pediátricas, quando a realidade epidemiológica e demográfica mudou. A pirâmide etária está invertida: Portugal é um dos países europeus com maior proporção de população com 80 ou mais anos e menor população abaixo dos 15 anos da Europa. A idade média aproxima-se dos 50 anos.

A evidência internacional demonstra que o investimento em vacinação gera retornos significativos, ao reduzir custos directos com cuidados de saúde e custos indirectos associados ao absentismo e à dependência prolongada. O sistema imunitário enfraquece com a idade, o risco e a gravidade das

infecções aumentam, e a maior carga de doença concentra-se hoje nas idades adultas e avançadas. A transição para uma vacinação ao longo da vida está em discussão, o que é positivo. É necessário ajustar o modelo às necessidades actuais, respondendo melhor às pessoas e contribuindo para a sustentabilidade do sistema de saúde. A Organização Mundial da Saúde recomenda há vários anos uma abordagem de vacinação ao longo do curso de vida, que ainda não está plenamente incorporada nas políticas públicas nacionais. Adicionalmente, a crescente diversidade populacional, com pessoas oriundas de países com esquemas vacinais distintos, reforça a necessidade de garantir cobertura vacinal adequada ao longo da vida.

### **QUAL O PAPEL DA VACINAÇÃO NA PROMOÇÃO DE MAIS ANOS DE VIDA COM SAÚDE NAS PESSOAS MAIS IDOSAS?**

Tem um papel central na prevenção, com evidência científica robusta, contrariando o declínio imunitário, natural com o envelhecimento. Portugal é hoje um dos países mais envelhecidos da Europa, com uma esperança de vida de 81,49 anos, acima da média europeia. Estes números reflectem um sucesso, também dos programas de vacinação, mas colocam novas exigências. Por outro lado apenas uma parte dos anos vividos após os 65 é passada com saúde plena, o que reforça a importância de intervenções preventivas eficazes como a vacinação.

A imunização nestas faixas etárias tem demonstrado benefícios pessoais, clínicos e económicos claros, reduzindo a pressão sobre o sistema de saúde. Previne complicações, reduz hospitalizações e preserva a autonomia por mais tempo, o que tem impacto directo na qualidade de vida. De igual modo, reduz os custos associados à dependência prolongada, tanto para as famílias como para o sistema de saúde. Reforçar a vacinação ao longo da vida é, por isso, uma decisão estratégica alinhada com as necessidades actuais da população portuguesa.

### **A INOVAÇÃO EM VACINAS ESTÁ A EVOLUIR. A EUROPA ESTARIA HOJE PREPARADA PARA RESPONDER COM A MESMA RAPIDEZ A UMA NOVA PANDEMIA?**

A Europa mantém uma base sólida de inovação e um *pipeline* relevante na área da imunização. Os dados

# ***“O objectivo deve ser não apenas investir mais, mas investir melhor”***

mais recentes revelam que uma parte significativa das vacinas em desenvolvimento se destina a populações adultas e idosas, incluindo vacinas profiláticas e terapêuticas. No entanto, mantêm-se as preocupações quanto à competitividade europeia face a outras geografias, cenário que tem sido agravado pela guerra no Médio Oriente, com impacto no preço dos transportes e das matérias-primas.

A preparação para futuras pandemias vai depender das decisões tomadas hoje. Tenho a certeza de que estaremos mais preparados se a União Europeia adoptar políticas que facilitem o acesso à inovação e criem condições para atrair investimento em investigação e desenvolvimento. A Europa deve manter-se competitiva e atractiva; caso contrário, o investimento vai continuar a deslocar-se para outras regiões.

### **A NOVA LEGISLAÇÃO EUROPEIA TEM OS INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS PARA DAR UM IMPULSO AO ECOSISTEMA DA INOVAÇÃO NA EUROPA?**

A revisão da legislação europeia representou uma oportunidade importante, mas, em vários aspectos, ficou aquém das necessidades. No conjunto, não alterou de forma substantiva o contexto actual, quando a Europa precisava de medidas mais ambiciosas que valorizassem claramente a inovação. Ao contrário da expectativa que existia quando se iniciou o processo, a nova legislação não oferece incentivos suficientemente fortes para atrair a inovação. Por exemplo: a União Europeia teve a

oportunidade de desenvolver mecanismos que tornassem sustentável o lançamento de medicamentos em todos os países, mas não avançou nesse sentido, num contexto internacional em rápida transformação. Ainda assim, o debate em torno da nova legislação trouxe alguns pontos que importa consolidar, como o conceito de “Necessidade Médica Não Preenchida”, que deve assentar numa abordagem mais ampla e centrada no doente, valorizando também a inovação incremental. No plano do acesso, mantém-se o objectivo de maior equidade entre os 27 Estados-Membros, reconhecendo-se que as barreiras são diversas e não se resolvem apenas por via regulamentar. A par disso, a agilidade regulatória (nomeadamente com processos mais céleres na EMA) é essencial para aproximar mais rapidamente as novas terapêuticas dos doentes. É importante que se continuem a reforçar condições que favoreçam a investigação, o desenvolvimento e a disponibilização de medicamentos e vacinas na Europa, promovendo um acesso mais eficaz à inovação e melhores resultados para os cidadãos europeus.

### **COMO PODE A REVISÃO DO SINATS CONTRIBUIR PARA O ACESSO DOS PORTUGUESES A TERAPÊUTICAS INOVADORAS?**

A celeridade e regularidade nos processos de avaliação e decisão são fundamentais. Períodos prolongados sem decisões afectam em particular os doentes, que aguardam o acesso a terapêuticas inovadoras, mas também as empresas que disponibilizam inovação. Vemos na revisão do SiNATS um sinal positivo, de que as autoridades portuguesas partilham as nossas preocupações e expectativas. A criação de um sistema de avaliação de tecnologias de saúde mais orientado para resultados e que assegure maior equidade no acesso, vai nesse sentido, procurando garantir que o financiamento público é dirigido a intervenções com benefício comprovado e evitando despesa em práticas sem valor demonstrado. O objectivo deve ser não apenas investir mais, mas investir melhor, orientando os recursos para intervenções com maior valor em saúde. Neste contexto, a inovação em saúde deve ser encarada como um investimento estratégico e não como um custo. O enquadramento definido pelo Governo contribui para responder à necessidade de garantir que os doentes, em particular os mais

vulneráveis, mantêm acesso não só às terapêuticas essenciais, mas também à inovação, de forma sustentável.

O acesso atempado a terapêuticas inovadoras permite ganhos significativos em qualidade de vida, melhores resultados clínicos e, a médio prazo, maior eficiência do sistema de saúde. Criar um ambiente que valorize e integre a inovação é, por isso, determinante para responder às necessidades dos doentes e para reforçar a capacidade do país em atrair e desenvolver novas soluções terapêuticas.

### **COMO É QUE SE PODE ALAVANCAR A NOVA LEI DOS ENSAIOS CLÍNICOS PARA REFORÇAR A POSIÇÃO DE PORTUGAL?**

A nova lei dos Ensaio Clínicos representa um avanço relevante, mas não é, por si só, transformadora. O seu



impacto dependerá da forma como for implementada. Um ponto crítico é garantir maior autonomia aos centros de investigação clínicos para que consigam ser mais ágeis e possam competir na captação de estudos clínicos.

Se essa capacidade de execução existir, a lei dará um contributo efectivo para reforçar o posicionamento de Portugal no contexto europeu. A indústria farmacêutica, enquanto promotora de cerca de 90% dos ensaios clínicos realizados no país, terá um papel determinante nesse processo. Nesta indústria, estamos seguros de que Portugal tem potencial para alavancar a sua capacidade de realizar investigação clínica. Não podemos ainda esquecer, além do forte impacto para os doentes no acesso a terapias de ponta, que os ensaios clínicos representam também uma fonte de conhecimento científico, mas também de financiamento para as instituições, contribuindo para a sustentabilidade do sistema de saúde e para a economia. A competitividade internacional de Portugal, no fundo, dependerá da rapidez e previsibilidade dos processos de aprovação e execução.

### **PORTUGAL TEM COMPETÊNCIAS CIENTÍFICAS E CLÍNICAS RECONHECIDAS. O QUE FALTA PARA TRANSFORMAR ESSE POTENCIAL EM MAIOR PARTICIPAÇÃO EM ENSAIOS CLÍNICOS?**

O potencial existe. Apesar da nova lei, continua a faltar, na prática, melhor referenciação de doentes e dotar os centros dos meios necessários, incluindo o reconhecimento da carreira de investigação. São desafios que exigem vontade e recursos. Portugal

tem condições para ser mais activo nesta área, mas para que isso aconteça é necessário consolidar e ampliar o progresso já alcançado. Por exemplo, o desconhecimento das oportunidades de ensaios clínicos por parte de alguns profissionais continua a limitar o recrutamento de doentes. Sem investimento em recursos humanos e infra-estruturas, o potencial existente não se traduzirá em mais investigação.

### **SE NADA MUDAR, PORTUGAL CORRE O RISCO DE DEIXAR DE SER VISTO COMO UM MERCADO ATRATIVO PARA A INOVAÇÃO FARMACÊUTICA?**

Esse risco existe, e seria irresponsável não o reconhecer. O nível de investimento em saúde abaixo da média europeia – 6,2% do PIB face a 8,1% –, bem como os desafios na previsibilidade e nos tempos de decisão, influenciam a avaliação das empresas sobre onde investir.

Ao mesmo tempo, a indústria farmacêutica tem um peso crescente na economia portuguesa. Em 2025, as exportações do sector ultrapassaram os cinco mil milhões de euros, com um crescimento de 37,9% face a 2024, representando 7,1% das exportações totais de bens.

Estes dados demonstram que a saúde é também uma política económica. Criar condições estáveis e previsíveis para a inovação é do interesse do país. A questão é se essa consciência se traduzirá em decisões concretas. Existem indicadores importantes que afectam a percepção de atractividade do país, sem mudanças estruturais, Portugal arrisca-se a perder relevância neste sector, que é altamente competitivo e estratégico. Mais uma vez, quem mais sofreria seriam as pessoas com doença, que viriam fortemente reduzidas as suas opções terapêuticas.



## Vacinação | Opção estratégica de prevenção ao longo da vida

**Autoridades de saúde, especialistas, representantes de associações de doentes e indústria farmacêutica debateram as várias vertentes da importância da vacinação em todas as idades.**

A vacinação é um pilar da prevenção, da sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde e da garantia de mais saúde em populações cada vez mais envelhecidas. Estes foram os temas mais marcantes da conferência “Preparar o futuro | O Valor da Vacinação em Saúde”, que decorreu dia 28 de Abril, no Centro Cultural de Belém, e onde foi apresentado o estudo “Percepção do Valor das Vacinas 2026”.

Em representação da Ministra da Saúde, Ana Povo, a directora-geral da Saúde, Rita Sá Machado, abriu a conferência, sublinhando a capacidade do sistema em “incorporar inovação” e responder a novos desafios. Destacou que o investimento em vacinação se traduz em “ganhos que só se tornam

plenamente visíveis daqui a anos” – doença evitada, internamentos prevenidos e vidas não interrompidas –, defendendo que “os sistemas de saúde mais sustentáveis serão aqueles que conseguirem equilibrar, com inteligência, tratamento e prevenção”.

Na sua intervenção, João Almeida Lopes, presidente da APIFARMA, reforçou a importância da prevenção que não é uma opção, considerando-a uma “necessidade estratégica”, pelo seu impacto, eficácia e retorno ao longo do tempo. Sublinhou que, sendo o aumento da longevidade uma “conquista colectiva”, o foco das políticas públicas deve passar por garantir mais anos de vida “com saúde, autonomia e dignidade”, apontando a vacinação ao longo da vida como uma “prioridade que Portugal não pode continuar a adiar”.

Paulo Teixeira, vice-presidente da APIFARMA e coordenador do Grupo de Trabalho Vacinas, destacou os resultados do Programa Nacional

de Vacinação, sublinhando que a integração da ciência em políticas públicas sólidas se traduz em vidas protegidas. Alertou ainda que a vacinação deve ser encarada como um pilar estrutural da prevenção e da resiliência dos sistemas de saúde.

A conferência contou com duas mesas de debate. Na primeira participaram Cláudia Vicente, coordenadora do Grupo de Estudos de Doenças Respiratórias da Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, José Hermínio Gomes, presidente da Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária da Ordem dos Enfermeiros, Ana Gonçalves, presidente da Associação Asma Grave, e Natália Pereira, da Unidade de Vacinas, Imunização e Produtos Biológicos da Direcção-Geral da Saúde.

A necessidade de desenvolver a vacinação para um envelhecimento protegido, encarando-o como um investimento e não como uma despesa, foi frisada por Hermínio Gomes. No mesmo sentido, Cláudia Vicente reforçou a dimensão económica da prevenção, lembrando que o custo da vacinação é claramente inferior ao custo da doença que se evita.

Natália Pereira defendeu um trabalho conjunto entre todos os parceiros, e antecipou novidades neste domínio, enquanto Ana Gonçalves alertou para a importância de reforçar a adesão à vacinação, nomeadamente contra a gripe.

O segundo painel, subordinado ao mote “da evidência à acção”, contou com a participação de André Peralta, subdiretor-geral da Saúde, Miguel Guimarães, médico e deputado da Comissão Parlamentar de Saúde, José Albino, presidente da Associação de doentes Respira, e Paulo Teixeira.



Alertando que Portugal investe ainda pouco em prevenção, o vice-presidente da APIFARMA sublinhou a necessidade de alinhar políticas de saúde com os meios adequados. Destacou que a vacinação é uma das formas mais eficazes de prevenir doenças, num contexto de população cada vez mais envelhecida, defendendo a importância de reforçar a evidência junto dos decisores políticos.

Se Miguel Guimarães defendeu um Orçamento do Estado mais robusto para a saúde, com maior aposta na promoção da saúde e na prevenção da doença, o subdiretor-geral da Saúde, André Peralta, reafirmou o compromisso de continuar a investir de forma consistente na vacinação, ajustando a sua implementação à medida que surgem novas soluções. Destacou ainda a importância de reforçar o foco na prevenção e nos anos de vida saudável.

Por fim, José Albino sublinhou que a literacia é fundamental, tanto para os cidadãos como para os profissionais de saúde.

Abordando o tema “Do Conhecimento à Prática – Maximizando o Valor da Vacinação”, Henrique Lopes, do NOVA Center for Global Health, enquadrou a vacinação como uma prioridade estratégica à escala global, destacando o seu impacto na sustentabilidade dos sistemas de saúde e na longevidade. Referiu, neste contexto, projectos como o “Let’s Control Flu”, uma ferramenta digital interactiva para simular políticas de vacinação, e o “+ Longevidade”, uma iniciativa dedicada à promoção da vacinação de adultos.

**Veja o registo fotográfico do evento [aqui](#) e o video dos melhores momentos [aqui](#).**





## Estudo “Percepção do Valor das Vacinas” | Vacinação do adulto ganha centralidade

**Mais de 67% dos profissionais de saúde defendem a revisão do PNV para melhor adequação à população adulta.**

O Programa Nacional de Vacinação (PNV) mantém uma percepção muito positiva e níveis de cumprimento elevados. Ainda assim, os profissionais de saúde reforçam a ideia de que pode evoluir, sobretudo para acompanhar as necessidades de saúde de uma população cada vez mais envelhecida.

Esta é uma das principais conclusões do estudo “Percepção do Valor das Vacinas 2026”, que a APIFARMA apresentou dia 28 de Abril na conferência “Preparar o Futuro | O Valor da Vacinação em Saúde”.

Mais de 67% dos profissionais de saúde defende a revisão do PNV para o ajustar à realidade dos adultos, incluindo o alargamento a grupos específicos como o dos idosos. Entre médicos e farmacêuticos, a posição é ainda mais vincada: 75,5% e 82,9%, respectivamente, concordam com a revisão.

Mantém-se um consenso alargado quanto ao papel da vacinação na saúde pública, na prevenção ao longo da vida e na protecção

individual e colectiva, mas surgem sinais de alerta. Alguns indicadores descem face a 2023. Um exemplo é a diminuição de 5,7 pontos percentuais (pp) na população que afirma que o PNV se destina a todas as crianças e adultos residentes em Portugal, ficando agora nos 51,9%.

No mesmo sentido, cai 1,2 pp a percentagem de pais que consideram desejável que os filhos sejam chamados para vacinação, embora este indicador se mantenha muito alto, nos 95,2%. Estes resultados apontam para a necessidade de reforçar a comunicação e a literacia sobre as vacinas.

Na rubrica das vacinas extra-PNV, a recomendação clínica continua a ser o principal factor de decisão, com grande abertura da população para seguir a indicação dos médicos. No entanto, 57,2% indica o custo como o maior condicionante para adquirir as vacinas – uma limitação reconhecida pelos profissionais de saúde, já que esta é a razão mais apontada para recomendarem vacinas extra-PNV com menor frequência.

**Conheça o estudo [aqui](#).**



## APIFARMA debate papel do autocuidado em Portugal Poupança estimada de 9,6 mil milhões de euros por ano

**O encontro destacou a necessidade de reforçar políticas que promovam uma maior autonomia dos cidadãos na gestão da sua saúde.**

A importância do autocuidado para a sustentabilidade do sistema de saúde foi o tema central da conferência ‘O Papel do Autocuidado em Portugal’, promovida, no dia 5 de Maio, pela APIFARMA, no Centro Cultural de Belém.

Na sua intervenção, a secretária de Estado da Saúde, Ana Povo, referiu-se às farmácias como “a porta de entrada para muitos cuidados de saúde” e afirmou que “o autocuidado permitiu tirar muitos doentes das urgências dos hospitais nos últimos anos”. Defendeu, por isso, a necessidade de “mudar completamente de paradigma nas políticas públicas de saúde”, sublinhando que “o que acrescenta valor não é fazer mais consultas ou cirurgias”. O mais importante, para a secretária de Estado, “não é afastar as pessoas do Serviço Nacional de Saúde, dos cuidados de saúde, é envolver as

pessoas no tratamento – e deixo aqui o meu compromisso público para o fazer”.

Na intervenção de abertura da conferência, o presidente da APIFARMA, João Almeida Lopes, lembrou que “o autocuidado liberta capacidade no SNS”, pois cada consulta evitada, cada ida às urgências que não acontece, “significa mais tempo e mais recursos para quem realmente precisa”. A importância do autocuidado “está sustentada em evidência” e o “verdadeiro desafio” é assumi-lo “como parte integrante de um sistema de saúde mais eficiente, mais sustentável e mais próximo dos cidadãos”.

Trazendo uma perspectiva europeia, Luís Rhodes Baião, director de Assuntos Governamentais e Públicos da Associação Europeia da Indústria de Autocuidados, explicou que, na Europa, “1,2 mil milhões de problemas de saúde menores por ano são geridos autonomamente com a ajuda de medicamentos não sujeitos a receita médica”, o que representa poupanças de “34 mil

milhões de euros para os sistemas nacionais de saúde e para as economias”. Fazendo uma extrapolação para o futuro, a potenciação do autocuidado permitiria “libertar 58.000 médicos de clínica geral, na Europa, para outras funções no sistema de saúde”.

Trazendo o foco para a realidade nacional, Mariana Jerónimo, da 2Logical, apresentou os dados do estudo “O Papel do Autocuidado em Portugal” realizado para a APIFARMA. Entre as várias conclusões do estudo, destacou a sua relevante expressão financeira no país: o custo médio de um episódio tratado através do “recurso ao médico ascende a 93€, comparativamente a 18€ no autocuidado”, o que se traduz numa poupança média de cerca de 80% por episódio. Quando extrapolado para a população, o autocuidado gera uma “poupança anual estimada de cerca de 9,6 mil milhões de euros”, que correspondem a 47% de custos evitados para o SNS e 53% para os cidadãos. Cada aumento de 1 ponto percentual na sua adopção, “poderá gerar cerca de 239 milhões de euros adicionais por ano”.

A conferência incluiu ainda duas mesas redondas. A primeira reuniu Ana Sampaio, da Plataforma Saúde em Diálogo, Joana Álvares, CEO & fundadora do Projeto Beautyst.pt e e Foyer Health and Beauty Summit, João Tomás Oliveira, médico, e Mariana Jerónimo, da 2Logical.

No segundo painel, a presidente da Associação Nacional das Farmácias, Ema Paulino, destacou a rede de farmácias “altamente qualificada” existente em Portugal, acrescentando que deveria “haver uma formalização do papel que as farmácias assumem como porta de entrada no sistema de saúde”. Em complemento, o aumento da

pressão sobre o SNS, e o contributo do autocuidado neste contexto, foi focado por João Almeida Lopes, também presente neste painel: “o SNS, nos últimos três anos, teve mais 700 mil utentes”, desafio a que se somam as consequências para o sistema de saúde do envelhecimento da população, reforçou.

Miguel Arriaga, director de Serviços de Prevenção da Doença e Promoção da Saúde da Direcção-Geral da Saúde, avançou que em Junho vai ser lançado um programa de estudos escolares, adaptado ao grau académico, para passar “informação que seja útil, pertinente, que possa ser adequada em função das características destas populações específicas”. A encerrar o painel, Sandra Monteiro, da Direcção de Avaliação de Medicamentos do INFARMED, apresentou o papel do Infarmed como regulador que aprova os MNSRM, que se foca na avaliação do benefício/risco dos medicamentos em que é avaliado o risco da sua dispensa sem receita médica e que tem vindo ao longo dos tempos a dinamizar esta área em Portugal o que é refletido pela 4ª posição que a AESGP coloca Portugal tendo em consideração o nº de substância ativas disponíveis sem receita médica.

**Conheça o estudo [aqui](#).**

**Veja o registo fotográfico do evento [aqui](#) e o vídeo dos melhores momentos [aqui](#).**

**Apresentações:**

- **Luís Rhodes Baião**
- **Mariana Jerónimo**

Inovar, por mais e melhor saúde



SAVE THE DATE

## IA Responsável em Ensaio Clínicos: Inovação com o Doente no Centro

 20 Maio | 9h00

 Culturgest



### O papel da inteligência artificial na investigação clínica | Conferência dia 20 de Maio

**Decisores, investigadores, profissionais de saúde, representantes de doentes e especialistas de diferentes áreas vão discutir este tema.**

O potencial da inteligência artificial (IA) na investigação clínica estará em debate no próximo dia 20 de Maio, pelas 9h00, na Culturgest, em Lisboa. “IA Responsável em Ensaio Clínicos: Inovação com o Doente no Centro” é o tema da conferência promovida pela APIFARMA e pela EUPATI PT.

A iniciativa conta com decisores, investigadores, profissionais de saúde,

representantes de doentes e especialistas de diferentes áreas, para um debate informado e multidisciplinar sobre o papel estratégico da IA no futuro da investigação clínica em Portugal.

Sob o mote “Inovar, por mais e melhor saúde”, a conferência reafirma o compromisso da APIFARMA e da EUPATI-PT com a promoção da inovação científica, da investigação clínica e de políticas de saúde que valorizem a tecnologia como instrumento ao serviço das pessoas para mais e melhor saúde.

Consulte [aqui](#) o programa e inscreva-se [aqui](#).



## “Investir com eficiência na Saúde” em debate na conferência CNN Portugal Summit Inovação em Saúde 2026

**Os novos desafios para a sustentabilidade de saúde foram um dos elementos do debate.**

O Auditório Fundação Champalimaud recebeu, a 6 de Maio, a conferência CNN Portugal Summit Inovação em Saúde 2026.

O painel “Investir com eficiência na Saúde” contou com a participação do director-geral da APIFARMA, Miguel Ginestal.

Sublinhando a missão de “acrescentar mais vida à vida dos cidadãos”, Miguel Ginestal deu enfoque aos novos desafios para a sustentabilidade do sistema de saúde. O director-geral da APIFARMA sublinhou que a saúde não é uma despesa, mas sim um

investimento, manifestando preocupação com o desinvestimento em inovação na Europa.

De forma a garantir que “todos os portugueses tenham cuidados médicos a tempo e horas”, Miguel Ginestal evidenciou a importância do Pacto para a Saúde na defesa do sistema de saúde, independentemente da ideologia política.

Também participaram neste painel Leonor Beleza, presidente da Fundação Champalimaud, e Pedro Pita Barros, economista e professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.



## Comissão Parlamentar de Saúde analisa contribuição extraordinária sobre diagnósticos *in vitro*

### Transporte de DIV pela TAP foi também abordado.

A Comissão Parlamentar de Saúde recebeu a APIFARMA para analisar a contribuição extraordinária sobre os diagnósticos *in vitro* (DIV) no próximo Orçamento do Estado (OE).

Na reunião, realizada no dia 29 de Abril, a APIFARMA, representada pelo seu director-geral, Miguel Ginestal, apresentou a proposta para a sua eliminação no próximo OE e comprometeu-se a encontrar soluções com o Governo para a sustentabilidade na área dos DIV.

Miguel Ginestal abordou ainda as novas regras adoptadas pela TAP relativas a produtos

perigosos, que consideram como tais os dispositivos *in vitro*.

Estas novas exigências têm como consequência atrasos significativos na entrega dos DIV aos laboratórios dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, colocando em risco a informação necessária à decisão clínica e prejudicando a saúde das populações.

Entretanto, em comunicado emitido no dia 6 de Maio, o Governo Regional da Madeira anunciou a garantia dada pelo ministro dos Equipamentos e Infra-estruturas, Miguel Pinto Luz, de que a transportadora aérea vai continuar a assegurar este transporte.

# Publicada licença da DIVERDE para gestão de resíduos de autocuidados de saúde domiciliários

**O sistema vem reforçar a protecção da saúde pública e do ambiente, através de uma gestão mais segura e sustentável destes resíduos.**

Foi publicada, no dia 30 de Abril, a licença da DIVERDE, entidade gestora do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Produtos de Autocuidados de Saúde no Domicílio (SIGRASD), criando, pela primeira vez em Portugal, uma solução estruturada e de âmbito nacional para a gestão de resíduos cortoperfurantes produzidos em contexto doméstico.

A licença, atribuída pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pela Direção-Geral de Economia, é válida até 31 de Dezembro de 2036 e abrange todo o território nacional, incluindo as Regiões Autónomas.

Com esta licença, a DIVERDE assegura a organização e gestão do sistema de recolha selectiva, transporte e encaminhamento para operadores licenciados dos resíduos resultantes de autocuidados de saúde realizados no domicílio, assumindo a responsabilidade pela sua gestão até ao destino final adequado. Estão abrangidos, lancetas de uso único, agulhas isoladas/descartáveis, seringas, canetas injectáveis, dispositivos de punção, sensores de monitorização da glicose e outros dispositivos utilizados por cidadãos e cuidadores.

A partir de Janeiro de 2027, os cidadãos poderão passar a entregar estes resíduos em

farmácias comunitárias aderentes e noutros pontos de recolha que venham a ser disponibilizados pela DIVERDE através de contentores específicos para o armazenamento e transporte adequados destes materiais.

O sistema assenta no princípio da responsabilidade alargada do produtor, permitindo aos produtores transferir para a DIVERDE a responsabilidade financeira e operacional pela gestão destes resíduos específicos.

A criação da DIVERDE representa um passo decisivo na protecção da saúde pública e do ambiente, ao estabelecer um programa nacional para a recolha e tratamento seguro destes resíduos, alinhado com as boas práticas internacionais e com os princípios da sustentabilidade. Importa salientar que, depois de França, Portugal passa a ser o segundo país europeu a dispor de um sistema desta natureza com cobertura nacional.

A DIVERDE é uma sociedade sem fins lucrativos, constituída em Setembro de 2024, que integra a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA), a Associação Nacional das Farmácias (ANF), a Associação de Distribuidores Farmacêuticos (ADIFA) e a GROQUIFAR – Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos.

**Consulte [aqui](#) mais informações sobre a licença e os objectivos do sistema.**





# Infarmed

Autoridade Nacional do Medicamento  
e Produtos de Saúde, I.P.

## INFARMED lança ferramenta para reforçar transparência no financiamento de medicamentos

**Doentes, profissionais de saúde, empresas e público em geral podem agora acompanhar todo o percurso de evolução dos processos.**

O INFARMED disponibilizou, no dia 29 de Abril, uma ferramenta digital que permite acompanhar, em tempo real, o estado dos processos de financiamento de medicamentos no Serviço Nacional de Saúde (SNS), reforçando a transparência e o acesso à informação para todos os intervenientes.

O regulador deu conhecimento prévio à APIFARMA sobre a implementação desta medida, que se insere num processo mais amplo de reformulação do SiNATS, actualmente em curso.

Designada “Tracker de Processos”, a nova ferramenta permite a doentes, profissionais de saúde, empresas e ao público em geral acompanhar a evolução dos processos, desde a submissão até à decisão final, contribuindo

para uma maior clareza sobre os tempos e etapas envolvidos.

Estão abrangidos todos os processos em análise a 1 de Janeiro de 2026, bem como os concluídos e os novos pedidos submetidos após essa data. Numa fase inicial, inclui exclusivamente processos relativos a medicamentos.

O INFARMED prevê que o “Tracker de Processos” evolua com base no contributo de utilizadores, incluindo associações de pessoas com doença, indústria farmacêutica e cidadãos.

Em paralelo, o regulador afirma estar a desenvolver esforços para reduzir os tempos de avaliação, com o objectivo de acelerar a introdução de novos medicamentos no mercado.

**O rastreador está acessível [aqui](#).**



**Confederação  
Empresarial  
de Portugal**

## **Conselho de Saúde Prevenção e Bem Estar da Confederação Empresarial de Portugal contesta recomendações do Fundo Monetário Internacional**

### **Conselho considera que recomendações do FMI carecem de suporte.**

O Conselho de Saúde Prevenção e Bem Estar da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), do qual a APIFARMA é associada, contestou ontem as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) para Portugal relativamente à despesa em saúde e produtos farmacêuticos, considerando-as desajustadas da realidade portuguesa.

Numa carta dirigida à Directora-Geral do FMI, Kristalina Georgieva, o Conselho dá nota que

as recentes recomendações do FMI não têm qualquer suporte na evidência disponível e pede ao Fundo Monetário Internacional que as repondere, contribuindo para “políticas públicas mais sustentáveis e alinhadas com as necessidades” portuguesas.

**Leia [aqui](#) a carta do Conselho de Saúde da Confederação Empresarial de Portugal dirigida ao Fundo Monetário Internacional.**

**Consulte [aqui](#) o relatório do FMI, Fiscal Monitor.**

## DIA ABERTO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA



## Dia Aberto da Indústria Farmacêutica reforça ligação entre ensino, indústria e território | IBERFAR marca o arranque da iniciativa

**Alunos de cursos técnico-profissional do ensino secundário da Amadora tiveram contacto com a indústria.**

A APIFARMA promove, ao longo de 2026, uma iniciativa de âmbito nacional dedicada ao Dia Aberto da Indústria Farmacêutica, que decorrerá em várias unidades farmacêuticas industriais em Portugal, com o objectivo estratégico de valorizar o capital humano, promover competências alinhadas com as necessidades actuais e futuras do sector e contribuir para o desenvolvimento económico e social dos territórios, aproximando talento, ciência e emprego.

A IBERFAR acolheu, a 22 de Abril, o primeiro Dia Aberto da Indústria Farmacêutica nas suas instalações, em Oeiras.

A iniciativa promovida pela APIFARMA, em colaboração com empresas da indústria farmacêutica de base produtiva nacional, tem como objectivo de reforçar a ligação entre o ensino, a indústria farmacêutica, as entidades públicas e a comunidade envolvente.

Contou com a participação de alunos e professores do ensino secundário técnico profissional do concelho da Amadora, permitindo um contacto directo com a realidade da indústria farmacêutica, os seus processos produtivos e as oportunidades de estágio e de carreira associadas ao sector.

O programa incluiu a apresentação da empresa, seguida de um percurso de visita às áreas industriais e laboratoriais, proporcionando aos participantes uma visão próxima da actividade da indústria farmacêutica, dos principais perfis profissionais e dos percursos formativos mais relevantes para uma futura integração no sector.

O Dia Aberto contou ainda com a presença institucional do INFARMED, da Câmara Municipal da Amadora e da APIFARMA, sublinhando a importância da articulação entre a indústria, os reguladores e os municípios na promoção do emprego qualificado e no desenvolvimento sustentado dos territórios.

Aceda [aqui](#) à reportagem fotográfica.



## RECIPHARM recebeu Dia Aberto da Indústria Farmacêutica nas suas instalações

**Iniciativa sublinhou a importância da articulação entre indústria, escolas profissionais, entidades públicas e municípios na promoção do emprego qualificado.**

A RECIPHARM acolheu, no dia 29 de Abril, o Dia Aberto da Indústria Farmacêutica nas suas instalações, em Oeiras.

A iniciativa promovida pela APIFARMA, em colaboração com empresas da indústria farmacêutica de base produtiva nacional, tem como objectivo de reforçar a ligação entre o ensino, a indústria farmacêutica, as entidades públicas e a comunidade envolvente.

Contou com a participação de alunos e professores de cursos da DUAL – Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã e do CENFIM – Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica, permitindo um contacto directo com a realidade da indústria farmacêutica, os seus processos produtivos e as oportunidades de estágio e de carreira associadas ao sector.

O programa incluiu a sessão de abertura feita por Miguel Ginestal, Director-Geral da APIFARMA, seguida pela apresentação da

empresa realizada por Paulo Amaral, Director-Geral da RECIPHARM, e pelos Programas de recrutamentos e estágios profissionais e curriculares por Susana Cardoso, Directora de Recursos Humanos.

O Dia Aberto incluiu, ainda, uma sessão de testemunhos de Programas anteriores, seguida de um percurso de visita às áreas industriais e laboratoriais, proporcionando aos participantes uma visão próxima da actividade da indústria farmacêutica, dos principais perfis profissionais e dos percursos formativos mais relevantes para uma futura integração no sector.

O Dia Aberto, além da DUAL e do CENFIM, contou ainda com a presença institucional da Câmara Municipal de Oeiras e do seu Departamento de Educação, do Instituto de Emprego e Formação Profissional – Serviço de Emprego da Amadora e da APIFARMA, sublinhando a importância da articulação entre a indústria, as escolas profissionais, as entidades públicas e os municípios na promoção do emprego qualificado e no desenvolvimento sustentado dos territórios.

**Aceda [aqui](#) à reportagem fotográfica.**



## Indústria Farmacêutica distinguida pelo Ministério da Saúde

**Na cerimónia foram distinguidas personalidades do sector público, privado e académico.**

João Almeida Lopes, Medinfar, Pedro Ferraz da Costa, Iberfar e Thebar Miranda, Grupo Azevedos, foram distinguidos com a Medalha de Serviços Distintos do Ministério da Saúde – Grau Ouro.

A cerimónia teve lugar na Fundação Champalimaud, no âmbito das comemorações

do Dia Mundial da Saúde. Foram distinguidas, no total, 27 personalidades e instituições, oriundas do sector público, privado e académico, pelo mérito do trabalho que desenvolveram em benefício da Saúde em Portugal”.

Um evento subordinado ao lema definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para este ano: “Juntos pela Saúde. Ao lado da Ciência”.



10.<sup>a</sup>  
EDIÇÃO

PRÉMIO APIFARMA CLUBE DE JORNALISTAS

# JORNALISMO EM SAÚDE

## APIFARMA e Clube de Jornalistas divulgam vencedores da 10.<sup>a</sup> edição do Prémio Jornalismo em Saúde

### Prémios distinguiram trabalhos nas mais variadas vertentes da saúde.

O Júri do Prémio Jornalismo em Saúde APIFARMA/Clube de Jornalistas – composto pelos jornalistas Cesário Borga, que preside em nome do Clube de Jornalistas, António Borga, jornalista de reconhecido mérito, Carlos Lobato, pela Casa de Imprensa, o médico Jorge Penedo e o enfermeiro António Santos, pela APIFARMA –, depois de analisar todos os trabalhos enviados (46 no total), decidiu atribuir oito prémios.

Premiados da 10.<sup>a</sup> edição do Prémio Jornalismo em Saúde – 2025:

**Categoria Grande Prémio:** Sofia Neves e equipa (Cátia Mendonça, Gabriela Pedro, Francisco Lopes, Manuel Roberto e Daniel Rocha), pelo trabalho “Dislexia. Aprender com um cérebro que nos prega partidas”, publicado no jornal Público;

**Prémio Carreira:** Helena Neves Marques que se dedica há anos ao jornalismo em saúde. É jornalista da Agência Lusa;

**Categoria Imprensa:** Raquel Albuquerque e Sofia Miguel Rosa, pelo trabalho “Mortalidade chega a ser o dobro entre concelhos”, publicado no jornal Expresso;

**Categoria Televisão:** Paula Martinho da Silva e equipa (David Araújo e Maria Queirós), pelo trabalho “A Aldeia Onde o Esquecimento Pode Viver”, transmitido na RTP (Linha da Frente);

**Categoria Rádio:** Fátima Valente e André Tenente, pelo trabalho “Ataxia de Friedrieich – À Espera do Medicamento Que Já Existe”, emitido na TSF;

**Categoria Digital:** Ana Sousa e Cláudia Alves Mendes e equipa (José Guerreiro e Nelson Santos), pelo trabalho “Às vezes é preciso “convencer” de que se está doente: a língua como “barreira” na “jornada” dos imigrantes no SNS”, divulgado na TSF;

**Prémio Universitário Revelação:** Liliana da Silva Costa e Sofia Martins, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pelo trabalho “Dossiê da Saúde Feminina”;

**Prémio Temático | Saúde e Bem-Estar:** Sónia Calheiros, pelo trabalho “Imunidade: Como reforçar o nosso exército”, publicado na revista Visão.

O “Prémio APIFARMA/Clube de Jornalistas – Jornalismo em Saúde” tem um valor total de 23.500 euros a distribuir pelas diferentes categorias e pelo Prémio Carreira que é atribuído por escolha do júri e não está sujeito a concurso, resultando de um protocolo assinado entre as duas entidades, em 2016, com os objectivos de aprofundar o papel da APIFARMA enquanto parceiro activo da Sociedade Civil e contribuir para a vitalidade do projecto Clube de Jornalistas.



## **Apostar em investimento e ensaios clínicos contribuiria com mais de 120 mil milhões de euros para a economia da UE em 10 anos**

**A Europa está a perder competitividade face a outras geografias, alerta o estudo.**

A EFPIA apresentou no dia 17 de Março as conclusões de um estudo que avalia a competitividade da União Europeia enquanto localização para a indústria das ciências da vida, apresentando a “primeira visão abrangente” da sua atractividade enquanto destino para o investimento farmacêutico.

Comparando a UE com os seus concorrentes globais –EUA, China, Reino Unido e Suíça–, o estudo analisa 20 indicadores de desempenho em quatro áreas-chave essenciais para atrair investimento: investigação e inovação, quadro regulamentar, ambiente comercial e produção industrial.

Os resultados mostram que os concorrentes globais da Europa estão a avançar, “cada vez mais e mais rapidamente”, na atracção de investimento farmacêutico. De acordo com a EFPIA, citando o relatório, se a UE conseguir “igualar, ou mesmo exceder, o ritmo e a escala desta

ambição”, poderia conquistar ganhos significativos “em relação ao seu rival mais próximo”. Nomeadamente:

- Colmatar a diferença apenas no investimento em I&D da indústria poderia gerar um investimento adicional de 105 mil milhões de euros na próxima década.
- Aumentar a quota da Europa nos ensaios clínicos globais poderia acrescentar quase 18 mil milhões de euros à economia europeia, criar cerca de 82 000 postos de trabalho e permitir que mais 158 000 doentes participassem em ensaios.

Stefan Oelrich, presidente da EFPIA, sublinha que “o desafio da Europa é corrigir as lacunas identificadas no relatório para criar um ambiente que atraia investimento, acelere a transposição para novos tratamentos e garanta o acesso imediato aos europeus”. E reforça: “se estivermos dispostos a agir, não estamos apenas a impulsionar o crescimento; estamos a garantir a resiliência da saúde na Europa. A escolha é nossa”.

A EFPIA destaca ainda a importância desta indústria “essencial para a saúde, a economia e a segurança” da Europa, notando que sem este sector a balança comercial global da UE passaria de um “excedente de 133 mil milhões de euros para um défice de 88 mil milhões de euros”.

**O relatório completo pode ser consultado [aqui](#).**



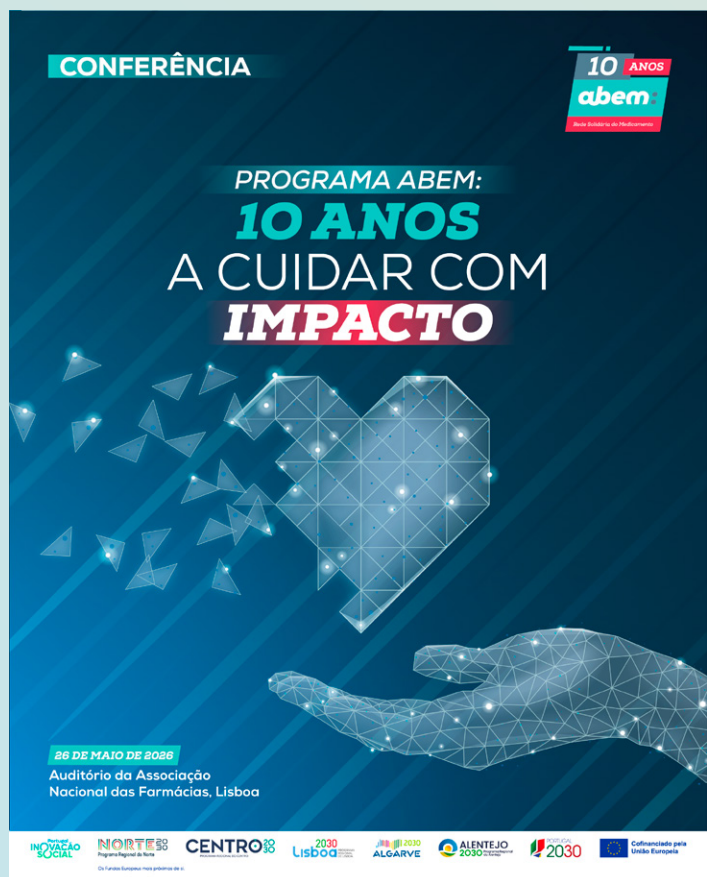
## Conferência assinala 10 anos do Programa abem:

### No evento será apresentada avaliação de impacto do programa.

Em 2026, o programa abem: Rede Solidária do Medicamento celebra 10 anos de existência. Para assinalar este marco, será realizada a Conferência “Programa abem: 10 anos a Cuidar com Impacto”. O evento contará com a apresentação da avaliação de impacto do programa abem:, seguida da intervenção do *keynote speaker*, professor doutor Carlos Farinha Rodrigues.

Este evento celebrará uma década de solidariedade e dignidade no acesso à saúde, e realizar-se-á no próximo dia 26 de Maio, pelas 14h00, no Auditório da Associação Nacional das Farmácias, em Lisboa, contando também com transmissão online.

Inscreva-se [aqui](#).





## APIFARMA lamenta a morte do jornalista Mário Zambujal

### **Prémio Jornalismo em Saúde criado durante a sua presidência do Clube de Jornalistas.**

A APIFARMA manifesta o seu pesar pela morte do jornalista e escritor Mário Zambujal no passado dia 12 de Março, aos 90 anos.

Foi durante a presidência de Mário Zambujal no Clube de Jornalistas (cargo que exerceu durante 14 anos) que se estabeleceu a colaboração entre esta entidade e a APIFARMA que viria a dar origem ao Prémio Jornalismo em Saúde, criado a 12 de Junho de 2016.

Na edição de 2021, ano em que deixou a presidência do Clube, afirmou que esta parceria “não foi uma iniciativa passageira. Terá sempre matéria para continuar porque a saúde é fundamental”, acrescentando que escrever “sobre a saúde é uma forma de serviço público”.

A APIFARMA apresenta as suas mais sinceras condolências à família, amigos e ao Clube de Jornalistas.



Rede Solidária  
do Medicamento

## Programa abem: expande rede de apoio

**3,5 milhões de embalagens de medicamentos dispensadas desde o início do programa.**

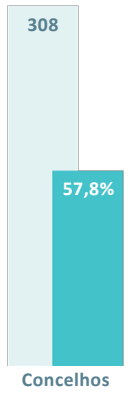
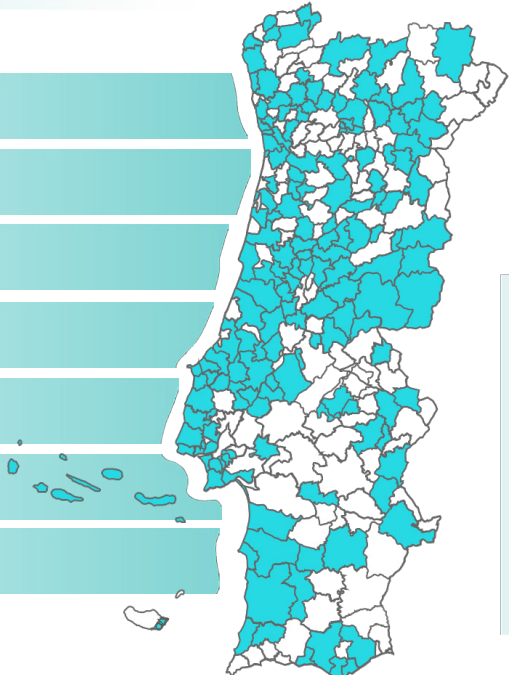
Em Abril, o programa abem: reforçou a sua presença em todo o território nacional, chegando a 178 concelhos e contando já com 206 entidades referenciadoras e 1.277 farmácias parceiras.

Este crescimento reflecte-se igualmente no número de pessoas apoiadas: o programa soma agora 45.763 beneficiários, correspondentes a 25.985 famílias, tendo sido dispensadas quase 80 mil embalagens de medicamentos entre Fevereiro e Abril.

No total acumulado desde Maio de 2016, o projecto da Associação Dignidade – de que a APIFARMA é associada fundadora – já dispensou 3.576.820 embalagens de medicamentos, num esforço contínuo de garantir o acesso ao medicamento a quem mais precisa.

### Programa abem: Dignidade<sup>+</sup>

18+2	Distritos
178	Concelhos
206	Entidades Referenciadoras
1 277	Farmácias
45 763	Beneficiários
25 985	Famílias
3 576 820	Embalagens de medicamentos dispensadas



maio de 2016 a abril de 2026

# Legislação

MARÇO 2026

## Ensaio Clínicos

A Lei n.º 9/2026, de 6 de Março, regula os ensaios clínicos de medicamentos para uso humano e altera a lei da investigação clínica.

## INFARMED

A Resolução da Assembleia da República n.º 14/2026, de 27 de Janeiro, recomenda ao Governo a reposição da comparticipação do tratamento de imunoterapia específica com alérgenos e a revisão do Programa Nacional de Vacinação.

A Deliberação n.º 332/2026, 2.ª série, de 19 de Março, procede à alteração da composição da comissão executiva da Comissão de Avaliação das Tecnologias de Saúde (CATS).

## Assembleia da República – recomendação sobre prazos de pagamento

A Resolução da Assembleia da República n.º 60/2026, de 24 de Março de 2026, recomenda ao Governo que reduza o prazo de pagamento a fornecedores do Estado para 30 dias.

ABRIL 2026

## Código Fiscal do Investimento

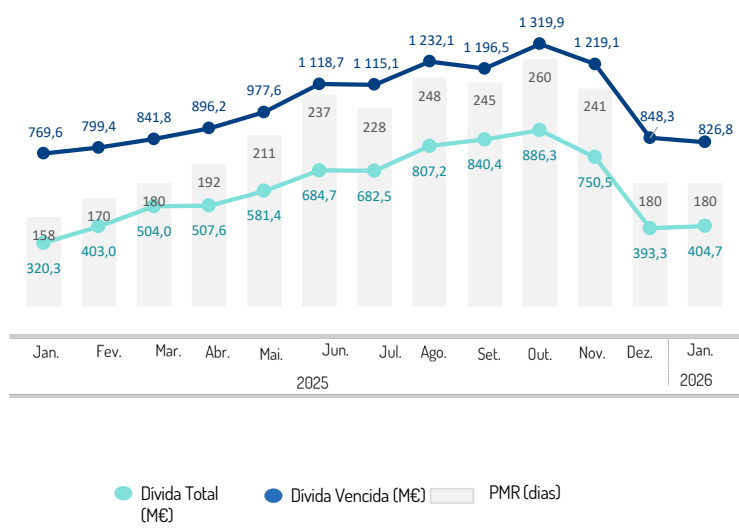
A Lei n.º 13/2026, de 16 de Abril, autoriza o Governo a alterar o Código Fiscal do Investimento, prorrogando o regime do sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial II (SIFIDE II) até 2026 e revogando a possibilidade da sua aplicação indirecta através de fundos de investimento.

# PHARMA em Números

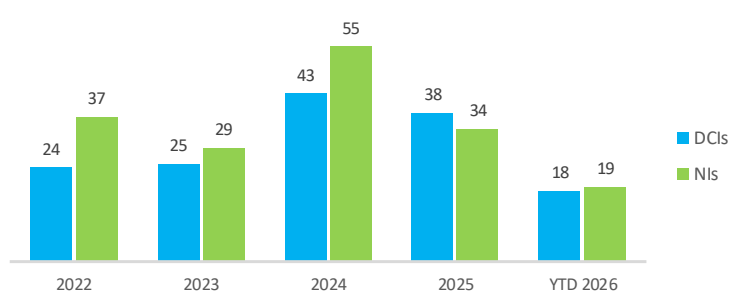


## INVESTIMENTO PÚBLICO COM MEDICAMENTOS - YTD ABRIL 2026

### Dívida das Entidades Públicas às Empresas Farmacêuticas



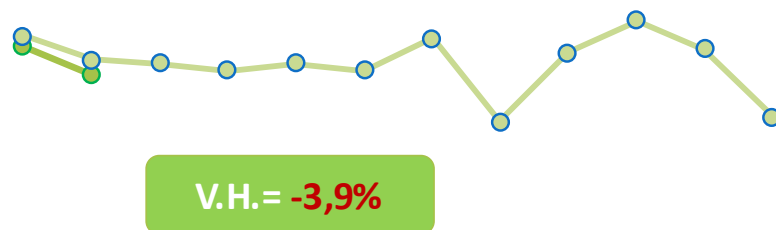
### Financiamento Público de Inovação Terapêutica - DECISÕES



Fonte: APIFARMA e INFARMED  
 DCIs – novas moléculas (excepto gases medicinais)  
 NI – novas indicações de medicamentos inovadores

## ACTIVIDADE ASSISTENCIAL DA SAÚDE

### N.º de Consultas nos Hospitais

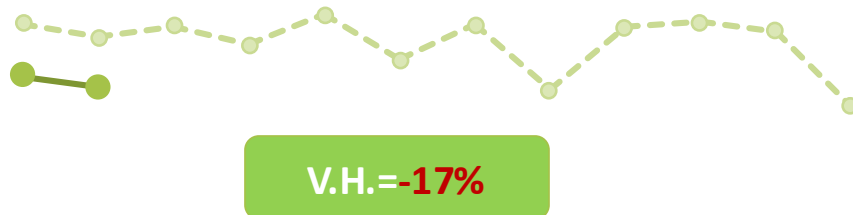


Jan Feb Mar Abr. Mai. Jun. Jul. Ago. Set. Out. Nov. Dez.

● 2026 ● 2025

| Portal da Transparência da ACSS

### N.º de Intervenções Cirúrgicas programadas

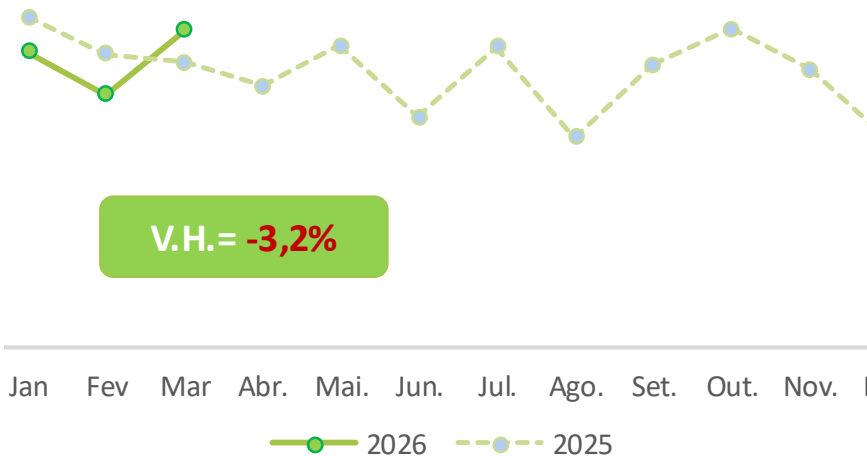


Jan Feb Mar Abr. Mai. Jun. Jul. Ago. Set. Out. Nov. Dez.

● 2026 ● 2025

| Portal da Transparência da ACSS

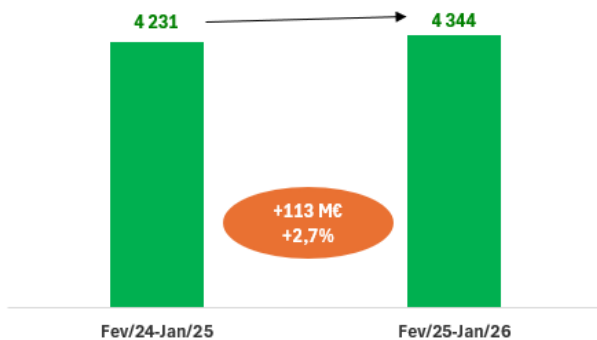
## Nº de Consultas Médicas presenciais nos CSP



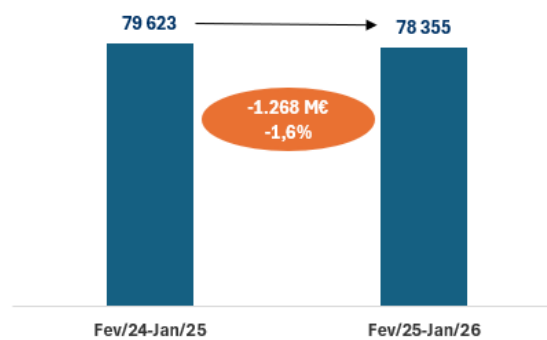
| Portal da Transparência da ACSS

## EXPORTAÇÕES INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

### Exportações da Indústria Farmacêutica



### Exportações Totais de Bens



Milhões Euros

Dashboard: <https://apifarma.pt/indicators/comercio-internacional-da-industria-farmacautica/>

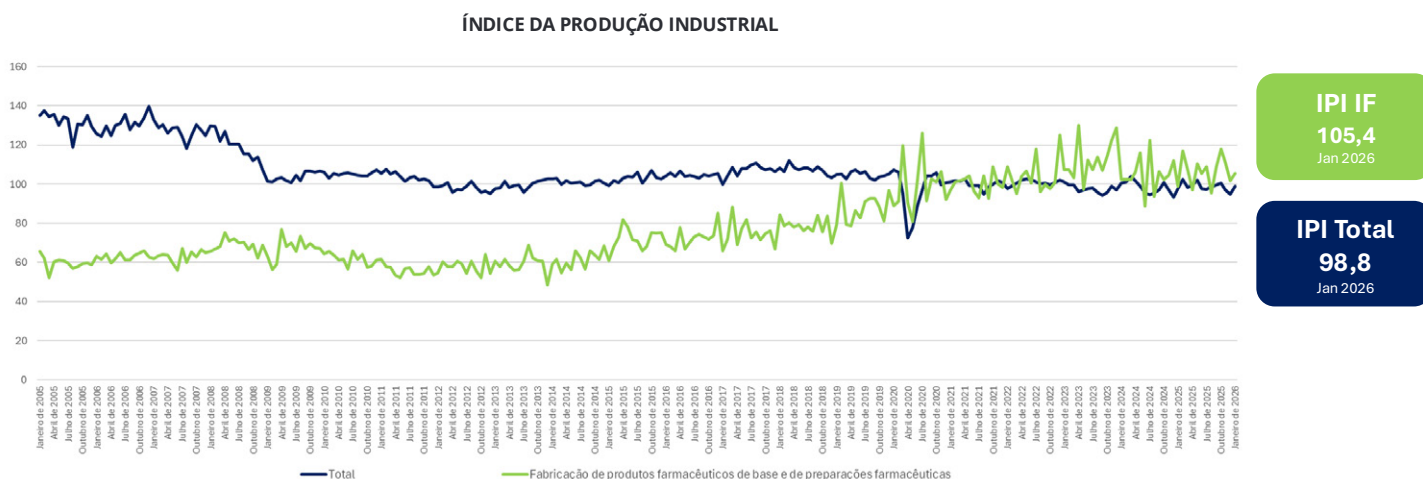
Fonte: INE - Comércio Internacional [Produtos Farmacêuticos (3001, 3002, 3003, 3004, 3005, 3006) e Matérias Primas (2936, 2937, 2938, 2939, 2941)]

Fonte: INE - Comércio Internacional [Produtos Farmacêuticos (3001, 3002, 3003, 3004, 3005, 3006) e Matérias Primas (2935, 2936, 2937, 2938, 2939, 2941)]

# Índice de Produção Industrial em Portugal até Março de 2026

O Índice de Produção Industrial (IPI) da indústria farmacêutica tem sido superior ao total nacional nos últimos anos. Em Março de 2026, o índice de produção industrial da Indústria Farmacêutica foi de 109,77 e o IPI total foi de 101,20.

Os dados da Produção da Indústria Farmacêutica em Portugal estão disponíveis para consulta no website da APIFARMA, através de [dashboard](#) de Power BI actualizado.



[Dashboard: https://apifarma.pt/indicadores/industria-farmacautica-em-portugal/#producao](https://apifarma.pt/indicadores/industria-farmacautica-em-portugal/#producao)

Fonte: INE - IPI- ajustado de efeitos de calendário e de sazonalidade (Base - 2021) por Atividade económica (CAE Rev. 3)

*e·pharma*  
**Newsletter** Abril 2026